

## O MAL COMO PRIVAÇÃO DO BEM EM SÃO TOMÁS DE AQUINO\*

“As trevas não são o contrário da luz,  
mas a sua privação”. **Santo Tomás de Aquino** (*De Malo*, I, a. 1, ad. 5)

Paulo Faitanin

A arquitetura da obra filosófica de Santo Tomás de Aquino (1225-1274) já foi comparada, com propriedade, a vitrais de uma catedral gótica. Vistos de fora, mesmo com a incidência da luz sobre eles, afiguram-se opacos, mas quem se aventura a entrar no templo percebe o jorro de luz que, por entre os vitrais, invade a catedral. Eis, portanto, a diferença entre quem se aproxima da obra do Doutor Angélico com mera *curiosidade* intelectual — que, para ele, é distinta da *estudiosidade* — e quem se lança de coração e mente a seus escritos: ao simples curioso, muita coisa parecerá obscura ou talvez dissonante, mas o estudioso que se arrojar com o amor receberá, no decorrer do tempo, a recompensa de contemplar a beleza da harmonia entre princípios e fins, a adequação entre as partes e o todo da construção, a concatenação entre premissas e conclusões, conduzido por este que é, sem nenhum favor, um dos maiores filósofos de todos os tempos.

Nas páginas que se seguem proporemos uma apresentação e uma análise do problema do mal a partir das *Quaestiones Disputatae De Malo (Sobre o Mal)*,<sup>1</sup> cuja edição foi publicada recentemente no Brasil. Nelas o Aquinate nos remete ao bem (*bonum*). Isto acontece não apenas nesta obra, mas nas inúmeras ocasiões em que Santo Tomás analisa o mal (*malum*),<sup>2</sup> geralmente com referência ao bem. Assim como o médico precisa conhecer as causas de uma doença para encontrar a cura, é necessário compreender *o que seja o mal*, para evitá-lo, combatê-lo com sucesso — e isto será possível, tão-somente, ao se descortinar o bem no qual se insere. Na perspectiva cristã, o Bem Supremo, que é Deus, além de ser a resposta

---

\* O texto que agora editamos foi publicado originalmente sob o título “O mal, perda do bem” em: Santo Tomás de Aquino, *Sobre o mal*. Tomo I. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005, pp. i-xxxv. Algumas passagens foram suprimidas em razão da finalidade de sua publicação em Aquinate. Agradeço a Sidney Silveira não só a revisão do texto original, mas também as propostas de melhor redação de notas e passagens do texto.

<sup>1</sup> Sobre o método das Questões Disputadas na Idade Média, ver SANTO AGOSTINHO, *A Natureza do Bem*, Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005, p. viii.

<sup>2</sup> Tomás de Aquino tratou amplamente desta questão: o lema *malus, -a, -um* ocorre em toda a sua obra cerca de 48.897 vezes.

adequada ao problema do mal, será o epílogo da trajetória da humanidade, pois tudo convergirá a Ele, como à fonte de onde promanam todos os bens e o fim a que todos se dirigem. Isto ficou plasmado na própria definição de mal que a tradição ofereceu e o Doutor Angélico resgatou: *o mal como privação do bem*.

Para Tomás de Aquino, o pior dos males é o moral, princípio de todos os males para o homem. O mal moral foi identificado com o *pecado* na história do Ocidente cristão: se o mal é privação do bem, o pecado — que é mal moral — será a privação do bem que é Deus. Todos os outros males, configurados como privação de bens na natureza humana, serão oriundos deste. Por isso, a história do mal na humanidade *será a história do pecado*. Contudo, cabe a indagação: no mundo contemporâneo, a doutrina do Aquinate permanece adequada como resposta à questão acerca do mal? É o que também pretendemos analisar nestas páginas.

Em primeiro lugar falaremos acerca da obra *De Malo* e apresentaremos uma síntese da doutrina tomista. Também abordaremos uma *Fenomenologia e Epistemologia do mal*, em que consideraremos a evidência, diversidade, significado, nome e tipos de males; e *Ontologia e Escatologia do mal*, com a análise da origem, natureza, causa e efeitos do mal.

## 1. DE MALO: Estatísticas

### §1. Ocasão e Autenticidade

Santo Tomás morreu na manhã do dia sete de março de 1274, aos quarenta e nove anos, depois de algum tempo enfermo, em estado de profundo silêncio<sup>3</sup> e contemplação, colocando abruptamente um ponto final em sua produção filosófica, ao deixar algumas obras inacabadas. Meses antes de falecer, indagado

---

<sup>3</sup> Para se ter uma idéia do alcance do silêncio para a mística cristã, é útil recorrer à seguinte imagem: a árvore frutifica no silêncio. Analogamente, o silêncio fecunda a palavra. Somente o homem impregnado do silêncio contemplativo será capaz de fazer com que as suas palavras sejam certeiras, porque meditadas profundamente em silêncio. É no silêncio que o homem observa o seu semelhante. É no silêncio que o ama. A beleza convida ao silêncio. Não foi à toa que, no ápice do seu Monte Carmelo, São João da Cruz pôs o Divino Silêncio. Para uma sociedade afeita ao burburinho, a ruídos de toda a sorte, à *incapacidade de solidão* — que, na verdade, é a incapacidade de alguém em estar consigo mesmo, ainda que por instantes — esse silêncio parecerá loucura. Todos os biógrafos de Santo Tomás sublinham o amor do Doutor Angélico ao silêncio, tão contrário à tagarelice que dissipa o espírito e o torna inapto a perceber a verdadeira beleza da vida.

por Reginaldo — seu amigo e secretário — acerca da razão do repentino silêncio e da radical interrupção de sua atividade literária, teria respondido: “Tudo o que escrevi é palha, diante do que vi”.<sup>4</sup> Após a morte de Tomás de Aquino, Reginaldo de Piperno seria encarregado de inventariar a produção do mestre, pois ninguém estaria tão bem qualificado como ele para tal incumbência, pois fora secretário e companheiro de Santo Tomás de 1259 até o dia de sua morte.

É provável que, no final do século XIII, por volta de 1279, já estivesse terminada a relação das obras do Aquinate. O *Catálogo das Obras de Tomás de Aquino* (denominado tradicionalmente *Catálogo de Bartolomeu de Cápua* e que o especialista Petri Mandonnet chamou de *Catálogo Oficial*)<sup>5</sup> seria, a partir de 8 de agosto de 1319, anexado por Bartolomeu de Cápua ao processo de canonização de Santo Tomás. Nesse catálogo figura o *De Malo*, e, em todos os catálogos posteriores, a obra é também atribuída ao Angélico. De autenticidade incontestável, segundo Louis-Jacques Bataillon, o *De Malo* foi elaborado em duas épocas: uma para as questões 1-15, em aproximadamente 1270, e outra para a questão 16, provavelmente em 1272.<sup>6</sup>

## §2. Plano e Questões

O plano do *De Malo* está assim definido: a primeira questão da série deu nome ao conjunto; as demais tratam de temas correlatos ao problema do mal: o pecado e suas causas [qq.2-3], o Pecado Original e seu castigo [qq.4-5], a eleição humana [q.6], o pecado venial [q.7], os vícios capitais [qq.8-15] e, enfim, os

---

<sup>4</sup> No dia 26 de março de 1273, Santo Tomás teve um êxtase durante a missa que o levou a chorar muito. Depois, encaminhou-se à sacristia da igreja onde estava; seculares e religiosos o cercaram e perguntaram o que tinha havido. Ele não disse nada. Nos meses seguintes, trabalhou sem descanso em escritos sobre a Eucaristia. O êxtase se repetiu no dia 6 de novembro do mesmo ano, acompanhado novamente de muitas lágrimas. Então, decide não escrever mais, para espanto de todos. Frei Reginaldo pergunta-lhe se não quer terminar a *Suma Teológica*. “Filho, não posso”, responde. Nas semanas seguintes, a resposta era a mesma. Frei Reginaldo continuou insistindo, até que um dia Santo Tomás cedeu e disse: “Depois do que Deus se dignou revelar-me, no dia de São Nicolau, tudo o que escrevi me parece palha”. Ele pediu ao secretário que não dissesse nada a ninguém, antes de sua morte.

<sup>5</sup> TOMÁS DE AQUINO, *Opuscula omnia genuina quidem necnon spuria melioris notae debito ordine collecta cura et studio*, R. P. Mandonnet, Petri, O.P. Vol. V. Paris: Lethielleux, 1927, p. vii.

<sup>6</sup> Edição Leonina, Tomo 23, p.5.

demônios [q.16]. O seguinte gráfico nos oferece uma adequada visão de conjunto de todas as questões:

### **Sobre o Mal**

**I Em geral** (q.1);

**II Em particular** (ou o pecado);

1. Em si mesmo (q.2)
2. Em suas causas:
  - 2.1. Deus (q.3, a. 1,2);
  - 2.2. O diabo (q.3, a. 3,4,5);
  - 2.3. A ignorância (q.3, a.6,7,8);
  - 2.4. A debilidade (q.3, a.9,10,11);
  - 2.5. A malícia (q.3, a. 12,13,14,15);
  - 2.6. Origem (q.4, a. 1,6,7,8);
3. Em suas espécies:
  - 3.1. Original:
    - 3.1.1. Quanto à natureza (q.4, a.2);
    - 3.1.2. Quanto ao sujeito (q.4, a. 3,5);
    - 3.1.3. Quanto às penas (q.5);
  - 3.2. A liberdade humana (q.6);
  - 3.3. Venial (q.7);
  - 3.4. Mortal:
    - 3.4.1. Em geral (q.7 a. 1,3);
    - 3.4.2. Em especial ou capitais (q.8-15);
4. No demônio (q.16).

## **2. DOUTRINA SOBRE O MAL.**

### **§.1. Prolegômenos: ser e participação.**

Segundo Tomás de Aquino, não existe maior mal, para a natureza humana, do que se privar, voluntária e conscientemente, da companhia de Deus. Este é o *mal moral* (*mors*, em latim significa costume, hábito), que se dá no contexto da liberdade e da responsabilidade humanas, como consequência de ações assentadas nos juízos da razão e na anuência da vontade.

O mal moral priva o homem da ordem ao fim próprio (conversão a Deus), dispõe-no contra o Criador e, também, contra a própria natureza humana, no

mesmo instante em que se converte às criaturas. Eis o *pecado* (*peccatum*), que é um mal de culpa (*malum culpae*), ação que o homem comete deliberadamente contra Deus (por exemplo, a blasfêmia),<sup>7</sup> contra si mesmo (por exemplo, o suicídio) ou outrem (por exemplo, o homicídio).<sup>8</sup> Propriamente, não existirá mal moral que não seja contra Deus, que não nos afaste d'Ele e não deixe seqüelas na natureza humana. Neste horizonte, o mal de pena (*malum poenae*) será o mal físico que o homem sofre por conseqüência do pecado. Na perspectiva cristã, até pode acontecer alguém padecer *mal físico* sem que isto seja conseqüência do mal moral pessoal, ainda que o seja do mal da culpa original: o exemplo bíblico do sofrimento de Jó ilustra o caso. Contudo, nenhum exemplo elucida mais que o de Cristo, que, sendo isento do mal de culpa (pecado original e pessoal), sofreu profundamente o mal de pena (Calvário, Crucifixão e morte).

Seguindo de perto Santo Tomás, observamos que, para perceber as marcas de Deus no mundo, convém para a filosofia partir, mediante um olhar metafísico atento, dos diversos graus de perfeição representados na natureza, segundo uma ordem hierárquica, até alcançar a existência de Deus, perfeição das perfeições — com a importante ressalva de que conhecer a existência de Deus, a partir da razão, não é o mesmo que conhecer a Sua essência, pois esta, como adverte o Doutor Angélico, é incognoscível para a razão humana.<sup>9</sup> Feita esta advertência fundamental, salientemos o seguinte: cada ente encerra, em sua estrutura metafísica, o *ato de ser*<sup>10</sup> que, como lei e princípio, estabelece e rege a

---

<sup>7</sup> TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q.3, a.15.c.

<sup>8</sup> Para a moral cristã, a ação que o homem pratica livremente contra um ser inferior na ordem da conservação de sua natureza não será um mal (como, por exemplo, matar uma ave para alimentar a família), pois estes bens estão dispostos para ordenadamente manter a vida do homem. Mas a disposição humana dos bens naturais, vegetais e animais poderá gerar mal moral, se o homem agir por desordem de sua concupiscência, por falta da ordem devida ao fim próprio: a *gula*, por exemplo, é mal moral e nasce dessa desordem, enquanto pode significar dispor mal de um bem natural, que é o alimento, no comer pelo comer; a *avareza* é mal moral se o homem dispuser de qualquer bem natural desordenadamente com a finalidade do enriquecimento ilícito. E o mesmo se diga de qualquer vício humano.

<sup>9</sup> Por isto, além de levar a cabo, na *Suma Teológica*, a demonstração da existência de Deus nas famosas cinco vias, Santo Tomás destaca o seguinte: é impossível para a criatura racional conhecer, pelas suas próprias capacidades intelectivas, a essência do Sumo Ser que é Deus. Ver TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologiae.*, I, q. 12. a 4.

<sup>10</sup> O binômio-chave na metafísica de Santo Tomás é: ato de ser/ essência (*actus essendi/ essentia*). Mas tudo se resolve a partir da definição prévia de ente. Todo ente é algo, e o Angélico põe-no nas categorias de *ente real* e *ente de razão*. No contexto de que se trata, merece destaque o fato de o ente real dividir-se em substância e acidentes; a substância, por sua vez, em simples e

perfeição de cada criatura, *por cujo ato é o que é*, ou vem a ser o que é. E, porque o ato de ser é o que faz cada coisa nascer, emergir e aparecer no que é, ele se revela no ser de cada criatura como *natureza*. A existência de diversas naturezas supõe a diversidade dos modos como o ato de ser se realiza nas criaturas. Essa diversidade se dá segundo a intensidade do ato de ser: quanto maior for a sua intensidade, maior será a sua participação no Ato de Ser divino. As diversas perfeições divinas — ser, bem, amor, etc. — são manifestadas e se representam na realidade pelos distintos modos como o ato de ser se realiza. Neste contexto, o bem será a perfeição divina que se manifesta na estrutura metafísica de cada ente, de acordo com a perfeição conveniente que desvenda a sua natureza. Assim, quantas sejam as criaturas, tantos serão os graus de ser e de bondade comunicados a elas por Deus, na ordem da Criação.

Cada criatura representará a perfeição divina a modo de *vestígio*, ou seja, menos intensiva quanto ao ser — como as criaturas inanimadas e irracionais — ou a modo de *imagem e semelhança*, ou seja, mais intensiva no ser, como os seres humanos e os anjos.<sup>11</sup> Assim, nenhuma criatura se encontra, quanto à sua natureza, absolutamente privada da perfeição do bem divino. Contudo, a criatura espiritual é a que mais intensamente participa da bondade divina por sua natureza, e isto, na concepção cristã, revela que Deus a quis ter como mais *digna* de se aproximar d'Ele. Por isso, a dignidade<sup>12</sup> da natureza humana será um valor em si mesmo, pois representa e aponta para o bem e o amor de Deus por ela. Quanto mais digna for a natureza, por revelar a perfeição que a aproxima de Deus, maior será a ofensa pela sua não-conversão (voluntária) a Ele. Para a doutrina da qual Santo Tomás de Aquino é uma das máximas expressões, a criatura espiritual ofende intensamente a Deus quando, por vontade livre, prefere as criaturas e pretere a Deus.

---

composta; a substância simples em Ato Puro (Deus), inteligências separadas (os anjos) e alma humana. Para Santo Tomás, todas as substâncias participam, em graus diferentes, do Ato Puro que é Deus. Mas somente n'Ele coincidem em grau máximo a existência e a essência. Diz o Angélico: “As substâncias simples são a causa das substâncias compostas, sendo a causa de todas a substância primeira e simples, que é Deus”. TOMÁS DE AQUINO, *De ente et essentia*, II, 8.

<sup>11</sup> Dizemos que uma participação é menos intensiva em razão do *ato de ser* destas criaturas, na medida em que este participa menos do Ser divino e, conseqüentemente, não subsiste por si mesmo; e mais intensiva em razão do *ato de ser* que participa mais do Ser divino, o qual é subsistente por si mesmo.

<sup>12</sup> A *dignidade* se diz de algo em razão do grau de perfeição do ser. Não havendo grau de ser que supere a perfeição do ser de Deus, não haverá maior ofensa do que a que se dê contra a dignidade divina.

Em linhas gerais, para o *corpus christianorum* assim se explica metafisicamente a presença do mal no homem: *privação do bem na natureza*, na medida em que isto corresponda primeiramente a uma aversão a Deus e, secundariamente, uma aversão ao seu próprio ser, convertido de forma desordenada a bens menores e particulares, em detrimento do único Bem que o é por si mesmo. Longe d'Ele, será impossível para o homem aperfeiçoar-se, pois uma perfeição só se adquire em contato ou a partir do que é ontologicamente mais perfeito e possui mais entidade, como, por analogia, se pode dizer que, para esquentar uma coisa, é necessário colocá-la em contato com outra mais quente. Vejamos o ensinamento do Doutor Angélico na primeira questão do *De Malo*, que versa especificamente sobre a natureza do mal.

## §.2. Apresentação e análise: *o mal em geral* (q.1, aa. 1-5)

De acordo com o Aquinate, *o mal não é substância*, ou seja, não é algo, embora aquilo a que sucede ser mau seja algo, uma vez que o mal o priva de um bem particular — como ser cego não é algo, ao passo que aquele a quem sucede ser cego é algo.<sup>13</sup> Neste sentido, *o mal se encontra no bem*, mas não no Bem que é Ato Puro, Deus, mas em todo bem que seja uma mescla de ato e potência.<sup>14</sup> Por isso, dirá o Aquinate que o bem é causa do mal, mas não por si, e sim por acidente (*per accidens*).<sup>15</sup>

Em resposta às objeções de que Deus cria o mal — como atestam as Sagradas Escrituras em *Isaias* (45,7) e *Amós* (3,6) —, o Angélico afirma que Deus é causa do chamado *mal de pena*, pois quando castiga não visa ao mal daquele que é castigado, mas age com o intuito de imprimir a ordem da justiça nas coisas.<sup>16</sup> Deus não cria o mal de culpa, pois não pode ser culpado pela irresponsabilidade dos homens. Contudo, permite o mal de pena na natureza humana, na medida em que se extraia dele um bem maior. Vejamos, de acordo com Santo Tomás, o que seja na natureza racional essa distinção entre *mal de pena* e *mal de culpa*. O mal de culpa se dá pelos atos desordenados a partir do apetite racional que é a vontade humana, e o de pena é sempre contrário à vontade<sup>17</sup> (pois é comum a toda pena ser contrária à vontade daquele a quem é imposta). Para o homem, o

---

<sup>13</sup> TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q.1, a.1, c.

<sup>14</sup> TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q.1, a.2, c.

<sup>15</sup> TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q.1, a.3, c.

<sup>16</sup> TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q.1, a.3, ad.10.

<sup>17</sup> TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q.1, a.4, c.

maior será o *mal de culpa*, pois provém das suas ações livres que se opõem aos bens espirituais da graça e da glória e, conseqüentemente, a Deus, fonte da graça e Senhor da glória. Por sua vez, o mal de pena se refere aos males corporais.<sup>18</sup>

### 3. FENOMENOLOGIA & EPISTEMOLOGIA

#### 3.1. FENOMENOLOGIA.

##### §1. Evidência e diversidade.

É evidente o mal? Vejamos: todo mal é *fenômeno*, observável em nossas pequenas histórias de vida. Ele é *tangível*, pois afeta o nosso corpo e a nossa alma. Ele é *evidente*, porque se revela ante os nossos olhos.<sup>19</sup> Ele é também *multifacetado*, pois se manifesta diversamente: nas doenças, nos terrorismos, nos homicídios, na desordem da exploração da natureza vegetal, mineral, animal e humana, nas enchentes, nos furacões, nos terremotos, etc.<sup>20</sup> Dentre todos, os piores males são os que nos tocam intimamente, para além da dor e da privação físicas, pois atingem a natureza da alma, dada a sua deliberação consciente. A estes males a tradição cristã deu o nome de *pecado*.

Neste contexto, ninguém se engane: o mal não se manifesta, única e exclusivamente, com cara feia, roupa velha e ar de maldade. Muitas vezes ele se pinta com ar de nobreza, ocultando-se nas coisas aparentemente boas — esconde-se em alguns prazeres, na busca desordenada de saúde, num sorriso de ódio e revanche, na verdade que acoberta uma mentira. O mal é um fenômeno complexo, e não raro se revela atraente, por parecer suprir o sujeito do bem de

---

<sup>18</sup> TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q.1, a.5, c.

<sup>19</sup> Sua evidência se dá na corrupção do próprio homem pela morte (a morte, para o cristianismo, é o salário do pecado), corrupção da relação humana com Deus (ateísmo e agnosticismo), corrupção da relação do homem com os seus semelhantes (utilitarismo), da relação do homem consigo mesmo (hedonismo, niilismo) e da relação humana com o universo (irresponsabilidade ecológica).

<sup>20</sup> O relato bíblico da evidência do mal se destaca na narrativa do Livro de Jó (1, 6-12), homem moralmente bom que sofre (daí a famosa *paixão de Jó*) por ação satânica todo sofrimento físico e permanece íntegro, paciente e fiel perante a vontade de Deus. Contudo, esclareça-se que o mal padecido por Jó não deve ser identificado com o pecado, mas com o mal físico. Aqui, vemos que o mal físico — pobreza, doença, dor e abandono — não resulta do pecado nem do mal moral, porque Jó se mantém fiel e paciente. Ver BURGOA, Luis Vicente, “Mal”, in: *Dicionário de Pensamento Contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2000, p. 457.

que carece. Contudo, mesmo nos casos em que pretende aparentar um bem, *o mal sempre acarreta sofrimento*.

### 3.2. EPISTEMOLOGIA: *Significado, nomes e tipos.*

O mal significa *carência de perfeição no sujeito em que se dá*, algum bem que este deveria possuir, mas do qual se encontra privado. O mal é *no* sujeito, mas não existe *como* sujeito. Daí que o mal dependa da existência de um sujeito para manifestar-se como privação de algum bem, e, assim, toda personificação ou substantivação do mal carecerá de sentido. Podemos também acorrer à formulação segundo a qual o mal é privação e ausência de ser, de bem, de perfeição e de virtude na natureza de um sujeito.<sup>21</sup>

Como se frisou, para o cristianismo o nome que melhor identifica o mal é *pecado*.<sup>22</sup> Mas lembremos que a cultura greco-romana já estabelecera a distinção entre mal físico e mal moral,<sup>23</sup> importante para entendermos a intensidade da privação de bem da qual sofre o sujeito. Saliente-se que foi somente na tradição judaico-cristã que o mal moral foi concebido como fonte original do mal físico.<sup>24</sup>

---

<sup>21</sup> Pode-se dizer que, assim como em física o frio é carência de calor e a escuridão, carência de luz, na metafísica o mal será carência de ser e de bem. Em física, ver ISAACS, Alan, *Dicionário Breve de Física*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, 57.

<sup>22</sup> Os nomes Satanás, por ser raiz do mal, e Lúcifer, por ser príncipe das trevas, serviram às vezes para identificá-lo ou mesmo personificá-lo. Mas o mal, porque não é nem natureza e nem pessoa, não pode ser naturalizado ou personificado. Além do mais, Lúcifer, nome de anjo que indicou certa perfeição na hierarquia angélica, apontava para uma perfeição de natureza, mas a palavra “mal” indica a privação de certa perfeição na natureza. Portanto, somente em sentido equívoco dizemos que estes nomes identificam e personificam o mal, pois para o cristianismo o nome que melhor indica o mal não é o que se refere à perfeição da natureza, mas justamente à sua privação; e, neste caso, não haverá outro mais adequado do que *pecado*.

<sup>23</sup> Em HERÓTODO (420-485 a.C), um ato faltoso, privativo de algum bem ou perfeição, era denominado *amartía*. O mal meramente físico era *kakós*. Em HORÁCIO (*Epistularum*. I, 1, 5-10), este ato faltoso em sentido originário é *peccatum* e significa ‘dar um passo falso’. *Solue senescentem mature sanus equum, ne peccet ad extremum ridendus et ilia duat* (Demita o cavalo velho no tempo certo, a fim de que não *resvale* no fim [da corrida] e os espectadores riam). Ver ERNOUT, Alfred et MEILLET, Antoine. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine. Histoire des mots*. Quatrième Édition. Paris: Éditions Klincksieck, 1994, p. 491.

<sup>24</sup> Abraão e Moisés, promotores da fé monoteísta do povo hebreu, identificaram sucessivamente o mal com o pecado. Em toda a Sagrada Escritura, encontramos significativos esclarecimentos acerca desta identificação, pois a Bíblia jamais foge do tema do mal: UNTERMAN, Alan. *Dicionário Judaico de lendas e tradições*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1992, 182; SCHREINER, Stefan. “Moisés, nosso Mestre”, in: *Os Fundadores das Grandes Religiões*. Org.

Tanto no Antigo Testamento (Gênesis II, 3),<sup>25</sup> quanto no Novo Testamento (Mateus XXVI,28; Atos III, 19; 1 Coríntios XV, 17), o mal moral identifica-se com o pecado na medida em que significa a *desobediência* que afasta o homem de Deus e o priva do bem que é gozar da Sua presença. Neste horizonte, há três tipos de males: o *mal moral* priva o homem, por seu livre consentimento, da ordem ao fim devido, dos bens espirituais (graça e glória) e bens morais (que são da alma: vida, conhecimento, virtudes, etc.), e isto lhe causa sofrimento.<sup>26</sup> O *mal metafísico*<sup>27</sup> — conseqüente e subordinado ao mal moral — é o estado de privação dos bens originários da natureza humana: a graça santificante (que lhe comunicava a filiação divina no estado de inocência) e os dons preternaturais (isenção da morte, do sofrimento e de desordem da concupiscência).<sup>28</sup> Esse mal

---

Emma Brunner-Traut. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, 33-54; ARMIDO, Rizzi. “Mal”, in: *Dicionário Interdisciplinar da Pastoral da Saúde*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 721: “(...) A Bíblia é o texto que, mais do que todos os outros, marcou em profundidade a visão ocidental do mundo, continuando a alimentá-la secretamente ainda quando essa procura na razão a explicação dos grandes questionamentos da existência”; QUEIRUGA, Andrés Torres. “Mal”, in: *Dicionário de Conceitos Fundamentais do Cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 452.

<sup>25</sup> CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, nº 1849-1851.

<sup>26</sup> Nenhum ato isolado é hábito ou costume, pois é a repetição do ato que gera o hábito. O mal dito moral não é um ato isolado, mas representa os atos livres *costumeiros*, e também queridos, conscientes e privativos de algum bem do sujeito.

<sup>27</sup> Há mal metafísico? Sim, mas não como o entendeu o filósofo alemão LEIBNIZ (1646-1716). Este conceituara mal metafísico em sentido equívoco, como a *simples imperfeição de uma natureza*, inerente à própria natureza da criatura, à qual não corresponde a plenitude de ser, por ser ela intrinsecamente limitada e imperfeita. De fato, há males que derivam da própria limitação das criaturas ou que têm sua explicação suficiente nas criaturas inferiores ao homem (as enchentes, as secas, certos incêndios, moléstias e deficiências físicas). As ciências naturais se encarregam, geralmente, de explicar as causas de tais males, na medida em que afirmam que eles decorrem da ação e da interação de fenômenos naturais. Mas isto propriamente seriam males físicos, mas não metafísicos, porque a limitação inerente a cada criatura não é imperfeição e, conseqüentemente, não será mal — dado que cada ser comporta a perfeição que lhe confere o seu ato de ser: não cabe ao ser da pedra a visão, e não lhe é uma limitação o não ver; portanto, para ela não é um mal metafísico carecer de visão. Também não será uma limitação que as pétalas da rosa caiam, nem um mal metafísico que murchem. Em todos estes casos, o ser e as operações seguem o curso das respectivas naturezas.

<sup>28</sup> Pelágio e Celéstio, por negarem a transmissão do pecado original de Adão ao gênero humano, negaram também o mal enraizado na natureza, ou seja, o mal metafísico. Contudo, o bispo de Hipona, em seu tratado sobre a Graça revigora o argumento a favor do mal metafísico. Ver SANTO AGOSTINHO. *A Graça* I. São Paulo: Paulus, 1998, 278-279.

metafísico<sup>29</sup> coloca o homem<sup>30</sup> no estado de incapacidade de chegar, pelos próprios esforços, à sua plena realização.<sup>31</sup> E, por fim, o *mal físico*, seja por deficiência da matéria (independentemente da vontade humana, mas em consequência do pecado original), seja em decorrência do mal moral (o qual acontece a partir da vontade humana, o que faz dele um pecado *pessoal*), ou ainda pela privação de algum bem físico (e isto causa sofrimento, dor ou incapacidade física, como por exemplo a cegueira).<sup>32</sup>

Em resumo, o mal moral acarreta, na natureza humana, o mal metafísico, que se manifesta no mal físico, ou seja: na dor, no sofrimento e, inclusive, na morte.

## 4. ONTOLOGIA & ESCATOLOGIA

### 4.1. ONTOLOGIA

#### §1. Origem e consequência do mal no mundo.

Qual é a origem do mal? Santo Tomás frisa que Deus criou o espírito humano, comunicou-lhe graça e dons pelos quais informaria a vida ao corpo e o

---

<sup>29</sup> Vale ressaltar que só analogamente dizemos haver mal metafísico, enquanto efeito do *mal moral* na natureza — o pecado original —, pelo qual esta se privou da perfeição recebida originalmente, que lhe capacitava a se ordenar mais fielmente a Deus, embora fosse livre. Tal privação afetou a própria estrutura metafísica e o curso natural da operação humana. Somente subordinado ao mal moral, enquanto entendido como pecado, podemos dizer que há mal metafísico no homem.

<sup>30</sup> O estado de mal metafísico se evidencia em diferentes dimensões antropológicas: *gnosiológica*, na incapacidade de conhecer a verdade tal como ela é em si mesma — e, em última instância, de conhecer a Deus; *ontológica*, na incapacidade de realizar o ser tal como deve ser realizado, e alcançar a felicidade, em última instância conviver e ter o seu ser realizado junto de Deus; e *moral*, na incapacidade de agir bem, sem direcionar-se para o mal.

<sup>31</sup> A tradição cristã destaca o seguinte: se antes, com os dons originários, era difícil para o homem alcançar sozinho o fim devido, sem eles, depois da queda, tornar-se-á impossível. Mas o Amor de Deus, na plenitude dos tempos, remediou a enfermidade da natureza na Vontade de seu Filho, revigorando-a na capacidade de Deus: com Cristo o homem é novamente *capax Dei*.

<sup>32</sup> O mal físico, para a filosofia cristã, pode não ser necessariamente consequência do mal moral, como já dissemos com o exemplo da dor de Jó, mas em geral é verdadeiramente efeito do mal moral. E, neste caso, o mal físico é na natureza corpórea maximamente a concretização do mal metafísico, manifestado na carne pelas doenças, mutilações e imperfeições.

elevaria à perfeição do espírito: incorruptibilidade e imortalidade — para assim, juntos, corpo e alma habitarem a morada celeste. Neste contexto, o mal se origina no mundo pela *insídia*<sup>33</sup> do demônio, o qual se rebelou contra Deus, afastando-se d’Ele, e persuadiu<sup>34</sup> o homem a fazer o mesmo.<sup>35</sup> E o homem, insuflado no orgulho pelo engano e mentiras demoníacas, mas sem perder a responsabilidade pelos seus atos — pela liberdade de dizer “não” ao demônio e “sim” a Deus, pois sabia o que deveria conhecer, para escolher a Deus — deixou-se seduzir pelo desejo de igualar-se ao Criador, não respondendo à prerrogativa divina, ou seja: à Lei divina. Eis, aqui, configurado o pecado original.<sup>36</sup>

Mas qual será a conseqüência do mal proveniente da queda do primeiro homem e da primeira mulher? A concupiscência, a ignorância,<sup>37</sup> o orgulho, a malícia,<sup>38</sup> os vícios capitais,<sup>39</sup> a morte, etc.<sup>40</sup> A desobediência foi profundamente

---

<sup>33</sup> A insídia, que significa *emboscada*, é o pecado de soberba e orgulho, raiz da inveja. É o querer ser como Deus, ser senhor de tudo que o seu querer aponte, mesmo que não seja o bem em si. Assim, Adão e Eva não quiseram servir ao querer de Deus, quando o querer de Deus seria a máxima perfeição a que poderiam aspirar.

<sup>34</sup> O cristianismo salienta que o diabo instiga interiormente, persuadindo e dispendo para o pecado, mas não faz o homem pecar: TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q.3, a.4, c.

<sup>35</sup> O diabo não é propriamente causa do pecado, senão pelo modo de persuasão: TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q.3, a.3, c.

<sup>36</sup> O pecado do primeiro homem foi transmitido aos posteriores, por uma desordem do espírito acarretada na concupiscência, e por isso é pecado da alma vertido para a carne e atingiu não só as potências, mas também a essência da alma, e se deu primeiramente na vontade. Ver TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, nas respectivas questões: q.4, a.1, c; q.4,a.2,c; q.4, a.3,c; q.4, a.4,c; e q.4, a.5, c,

<sup>37</sup> A ignorância é pecado. Ela se distingue tanto da *nescientia* (necedade = tolice, disparate, ato de néscio) como do erro. O néscio desconhece e nega a ciência; o ignorante desconhece o que deveria conhecer; e o errado diz o falso pelo verdadeiro. A ignorância pode ser considerada de três modos: em si mesma, não é culpa, mas pena. Neste caso, pode aumentar ou diminuir o pecado. Ver TOMÁS DE AQUINO, *De Malo* q.3, a.8.c. Como a causa da ciência é a aplicação da alma à ciência, a causa da ignorância será a não-aplicação da alma à ciência; comparado àquilo que dela se segue, deste modo é causa do pecado: TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q.3, a.7, c.

<sup>38</sup> TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q.3, a.12, 13, 14, c.

<sup>39</sup> Dizem-se “capitais” por serem cabeças de todos os outros. Ver TOMÁS DE AQUINO, *De Malo* q.8, a.1, c. A mesma obra do Aquinate enumera os sete pecados capitais, nas seguintes questões: *soberba* (q.8, a.1, c); *inveja* (q.10, a.1-3); *acídia* (q.11, a. 1-4); *ira* (q.12, a. 1-5); *avareza* (q.13, a.1-4); *gula* (q.14, a.1-4); *luxúria* (q.15, a.1-4).

sentida na natureza do homem,<sup>41</sup> pois ao afastar-se livremente de Deus (mal moral) sua natureza atrofiou-se naquilo que era a sua *razão de bem*, e no que fora chamado a obedecer a Deus. O efeito desta privação da presença de Deus foi tão radical, que deixou raízes no próprio ser da natureza humana (mal metafísico) refletindo-se diretamente no corpo (mal físico), na medida em que privou o homem do bem e da perfeição necessários para que pudesse chegar a ser aquilo para o que foi criado.

## §2. O mal tem natureza?

Qual é a natureza do mal? Diga-se, a este propósito, que o mal não tem e não é natureza, pois esta se diz apenas *do que é ser*, mas o mal não é ser, senão privação de ser, e, portanto, não tem propriamente natureza.<sup>42</sup> Muitos na Antiguidade se preocuparam em saber se o mal é natureza ou não.<sup>43</sup> Alguns

---

<sup>40</sup> Foi conveniente que, diante da privação da visão divina, o homem sofresse a pena do pecado (ver TOMÁS DE AQUINO, *De Malo* q.5, a.1,c), mas não a pena dos sentidos (q.5,a.2,c), sendo a morte a pena do pecado original (q.5, a.4,c).

<sup>41</sup> Com a queda original, a inteligência humana não lê mais claramente as verdades da natureza, e é necessário, além de muito esforço humano em conjunto, o auxílio da graça de Deus para que o homem vislumbre algo. A vontade, antes ordenada ao Bem, encontrou-se depois da queda desorientada pela incerteza do intelecto e pela desordem impulsiva dos sentidos. A liberdade, antes livre na escolha, por ser orientada pelo intelecto e impelida ao bem pela vontade, não se realiza livremente na escolha, pois escolhe não mais o bem, senão o que, para o homem, tenha um “ar de bem”.

<sup>42</sup> TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q.1, a.1, c.

<sup>43</sup> De fato, alguns filósofos gregos já haviam interpretado o mal deste modo. PLATÃO (427-347) inaugura a dimensão metafísica do mal ao substancializá-lo (*República*. 476e). Mas ARISTÓTELES (384-322) critica o mundo das idéias platônico a partir de sua teoria da substância. Depois de analisar o bem e o mal, o filósofo de Estagira sustentará que o mal não existe como essência, ou seja, não há uma substância do mal (*Metafísica*. 1051a). Isto não foi suficiente para evitar o mesmo erro pelos neoplatônicos, que voltariam a identificar o mal com alguma substância. PLOTINO (205-270), por exemplo, identifica o mal com a *matéria*, enquanto a entendeu como não-ser (*Enéadas*, I, 8,3). O mesmo já havia feito CLEMENTE DE ALEXANDRIA (150-200) em sua obra *Stromata*, IV, 13, e ORÍGENES (185-253) em seu *De principiis*, I, 109. AVICEBRÃO (1021-1058), filósofo judeu neoplatônico, na obra *Fons Vitae*, também identificou o mal com a matéria universal. Para o tema em Avicibrão, ver FAITANIN, Paulo. “A crítica de Tomás de Aquino à matéria universal de Avicibrão”, *Aquinate*, n°. 1 (2005), 44-55. [www.aquinate.net](http://www.aquinate.net).

pensadores da cultura semita tentaram substanciar o mal,<sup>44</sup> inclusive no demônio — e, a propósito, frisa Santo Tomás que mesmo o demônio é mau por vontade,<sup>45</sup> mas não por natureza.<sup>46</sup>

Foi a tradição judaico-cristã<sup>47</sup> que sentenciou o mal como privação do Bem que é Deus.<sup>48</sup> Só existe a natureza boa, e não a má. Santo Agostinho sintetiza isto dizendo: “Nenhuma natureza é má e esse nome indica apenas a privação do bem”.<sup>49</sup> E diz ainda: “Todas as coisas são boas, e o mal não é substância, porque

---

<sup>44</sup> A substantivação do mal se deu, mais plenamente, nas mitologias babilônica, fenícia e persa: ZARATUSTRA entendia o mal como uma antividência. Na mitologia fenícia o mal é o Leviatã (ou também o Dragão; a Serpente Fugitiva era na mitologia fenícia o monstro do caos primitivo), e na filosofia dualista de MANI (216-277) há um princípio para o bem e outro para o mal. Nas mitologias politeístas dos povos sumérios era comum identificar o mal com a dor, o sofrimento, o infortúnio. Ora, porque isto manifestamente se dá na carne, não foi difícil substantivar o mal na matéria. Mas isso não impediu que outros povos, como a cultura judaica, pensassem que o mal, apesar de sua manifestação física, fosse visto como efeito do mal moral e sinal de castigo divino por desobediência à Lei divina: BRIGTH, John. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 2003, 55-57; Amihai Mazar nos oferece excelentes informações acerca do rito e da prática religiosa na época dos Juízes: MAZAR, Amihai. *A arqueologia na Terra da Bíblia*. São Paulo, Paulinas, 2003, 341-345; FRYE, Richard. “Zaratustra” in: *Os Fundadores das Grandes Religiões*. Org. Emma Brunner-Traut. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, 55-68; BÖHLIG, A. “Mani” in: *Os Fundadores das Grandes Religiões*. Org. Emma Brunner-Traut. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, 105-132.

<sup>45</sup> O demônio quis o que não devia. Ver TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q. 16, a.2, *sed contra* 3.

<sup>46</sup> TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q. 16, a.2, c.

<sup>47</sup> Tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento, o Bem é identificado com Deus, e o mal, com a privação da Sua presença, enquanto isto se dá por aversão e revolta. Satanás, pouco a pouco, vai sendo interpretado como semeador do mal, perversor, opositor e mentiroso, mas não como uma substância do mal, que mede forças com Deus, já que o mal não existe enquanto substância, nem mede forças com Deus.

<sup>48</sup> No Antigo Testamento, a narrativa da expulsão dos demônios (Mateus, VIII, 28-34; Marcos, V, 1-20; Lucas, VIII, 26-39) e da expulsão de Belzebu por Cristo (Mateus, XII, 22-29; Marcos, III, 22-27; Lucas, XI, 14-23) identifica na Pessoa de Cristo o Bem e na atividade satânica, o mal. Contudo, esclareça-se que Satanás, ao ser identificado como disseminador do mal, da privação da presença de Deus, não deve ser entendido como *substância nem personificação do mal* (ver RUSSEL, Jeffrey. *Lúcifer: O Diabo na Idade Média*. São Paulo: Madra, 2003, 17), pois o mal não tem e não é substância nem ser pessoal (BALDUCCI, Corrado. S.J. *O Diabo “...vivo e atuante no mundo”*. São Paulo: MIR Editora, 2004, 76-78). Os Evangelhos preanunciam a vitória final de Cristo sobre o maligno, na cruz, com a agonia e morte de Jesus (Mateus, 27, 45-50; Marcos, XV, 33-37; Lucas, XXIII, 44-46 e João, XIX, 28-30).

<sup>49</sup> SANTO AGOSTINHO, *De civitate Dei*, XI, 22.

se fosse substância seria bem”.<sup>50</sup> De fato, para Agostinho<sup>51</sup> o mal não é propriamente uma natureza, mas a corrupção dela. Uma natureza má seria uma natureza corrompida, mas não seria má enquanto natureza,<sup>52</sup> e sim naquilo em que se degenerou.<sup>53</sup>

## 4.2. ESCATOLOGIA

### 4.2.1. Causa do pecado e a adesão humana

#### §1. Causa externa: *a insídia* demoníaca.

Qual é a causa do mal? Já vimos que o mal não tem natureza. Neste sentido, o mal não tem causa *per se*, pois se diz causa apenas do que tem ser, e o mal não tem ser, portanto não tem causa, a não ser *por acidente*. Por isso, não tem causa direta, mas *indireta*,<sup>54</sup> a qual só poderá ser a criatura: a insídia do demônio e o arbítrio humano. O mal não é causal no sentido estrito da palavra, mas também não é *casual*, nem ocasional, como se poderia supor. Neste horizonte, Deus não é estritamente a causa do mal, como já dissemos, mas *permite* que o homem o padeça, enquanto isto lhe sirva de remédio e restauração do bem perdido. A resposta católica é favorável: “A existência do mal não se deve à falta de poder ou de bondade em Deus; ao contrário, Ele só permite o mal porque é suficientemente poderoso e bom para tirar do próprio mal o bem”.<sup>55</sup>

---

<sup>50</sup> SANTO AGOSTINHO, *Confessionum*, VII, 12.

<sup>51</sup> Mais próximo da definição agostiniana está BOÉCIO (480-525) que na sua *Consolação da Filosofia*, III, 12, diz que “o mal é nada, porque não o pode fazer Aquele que pode todas as coisas”. Na Escolástica, SANTO ANSELMO (1033-1139) evoca a doutrina agostiniana em *De casu diaboli*, 12-16. Já o Judeu MAIMÔNIDES (1135-1204) interpreta o mal como não-ser e privação, em seu *Guia dos Perplexos*, III, 10. Já em PLÍNIO, O Velho (†79 d.C), encontramos uma intuição metafísica brilhante: ‘Malum quidem nullum esse sine aliquo bono’ – Não há nenhum mal que venha sem algum bem (*Naturalis historia*, 27, 3, 9).

<sup>52</sup> SANTO AGOSTINHO, *De Natura Boni*, XVII.

<sup>53</sup> Ver: SILVEIRA, Sidney. “Santo Agostinho e o mal como privação de bens naturais”, in: Santo Agostinho, *A Natureza do Bem*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005, p. iii.

<sup>54</sup> BETTENCOURT, Estevão. “Deus e o mal no mundo”, *Pergunte e Responderemos*, n. 502 (2004), 160-163.

<sup>55</sup> BETTENCOURT, Estevão. “O porquê do sofrimento?”, *Pergunte e Responderemos*, n. 297 (1987), p. 63.

A quem pergunta — diz Journet — por que o poder de Deus não impediu, por algum milagre, o pecado do primeiro homem, o catolicismo responde que Ele se preparava para compensá-lo sobejamente por um milagre mais estupendo.<sup>56</sup> Enfim, Deus jamais teria permitido a queda do homem — dirá D. Estevão Bettencourt — se, no mesmo instante divino e eterno, não tivesse previsto a Redenção.<sup>57</sup>

## §2. Causa interna: *adesão humana livre e consciente.*

É próprio do intelecto saber (*saborear*) a verdade, contemplá-la, difundir o bem que é em si mesma. Os latinos conheciam bem a força da expressão *intus legere*, o “ler por dentro” (daí se originou *intellectus* = intelecto), ou seja, a capacidade que a inteligência humana possui de ler internamente a natureza das coisas, sua lei e princípios fundamentais. Eles intuíram — e isto pode parecer um escândalo para a laicizada mentalidade pós-moderna — a possibilidade de o intelecto ascender, progressivamente, à “leitura”, posse e contemplação do Ser supremo, que é a Verdade, para a qual o intelecto naturalmente se ordena. Para a tradição judaico-cristã, eis em resumo o drama que se dá na passagem do estado de justiça original paradisíaca, em que o intelecto estava na posse de todas as suas possibilidades de apreensão da realidade, ao estado de *natureza decaída*, após o pecado original: com o pecado das origens, o pai da mentira semeou no intelecto o orgulho, que entronizou a desordem, a ignorância, a malícia e a escuridão, dificultando o intelecto no avanço da leitura profunda do livro da sabedoria divina, mediante a graça — que é luz para o intelecto —, a qual somente Deus, por misericórdia e amor, poderia dar ao homem. Tal privação dispôs o intelecto humano a perder-se, sucessivamente, na busca do que apenas tinha *aparência de verdade*, a encontrar-se no erro, na mentira e no engano, além de contrair, por causa do pecado original, grandes dificuldades para conhecer a verdade acerca das coisas. Neste contexto, resalte-se: o que no intelecto é luz interna (e reflete sobre o fim próprio da ação praticada) é a *consciência*.

Pois bem, a consciência é no homem o *estado de percepção*, mediante o qual ele tem ciência do que lhe é necessário ou supérfluo, do que deve entender e querer, de como deve agir ou do que deve omitir, do que é bom para a sua

---

<sup>56</sup> JOURNET, Charles. *Le Mal*. Paris: Desclée de Brouwer, 1961, p. 284.

<sup>57</sup> BETTENCOURT, Estevão. “O pecado original”, *Pergunte e Responderemos*, n. 86 (1967), p. 61.

natureza e do que não o é.<sup>58</sup> Dentre as criaturas corpóreas, somente o homem é capaz de ter esta percepção *de si, em si e para si*. O fato de que dependa do homem a percepção da evidência do mal não significa que o mal exista, tão-somente, nessa percepção consciente;<sup>59</sup> isto significaria reduzir o mal ao simples estado de percepção. Assim, a dor não deixa de existir no leão que sofre com a fome. Contudo, pela ausência de consciência este animal sofrerá menos que uma pessoa humana. Por exemplo, uma mãe sofrerá muito mais por saber que seu filho morrerá de fome, pela falta de alimento, do que com a simples dor física acarretada pela fome.<sup>60</sup> Lembramos, ainda no plano psíquico, que a adesão ao pecado passa pelo intelecto — na ignorância do que se deveria conhecer — e, por isso, as suas conseqüências são sentidas na consciência, que é uma forma de ciência. Mas o intelecto possui um apetite próprio que também ficou desordenado, na perspectiva cristã, após a queda: a vontade.

Ao observarmos nos animais aquilo que neles, analogamente, nos lembra a vontade no homem, vemos que os instintos<sup>61</sup> não aperfeiçoaram as suas respectivas naturezas para além do que lhes ordenam esses mesmos instintos. No caso do homem, o desenvolvimento do seu agir histórico evidencia algo diferente. Pois, se a abelha faz o mel como sempre o fez, a aranha tece a teia

---

<sup>58</sup> Nenhuma consciência de sofrimento supera a da morte. A morte, como veremos, é a evidência humana de uma experiência única, irrepetível e incomunicável. Seremos nós mesmos as únicas testemunhas desta experiência inevitável. Santo Tomás atesta o teor desta experiência pelo fato da corruptibilidade do corpo, mas ressalta que isso não é o fim, pois a alma é imortal (ver TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologiae*, I<sup>a</sup>-II<sup>a</sup>, q.85, a.6).

<sup>59</sup> O mal não é uma invenção da consciência, mas por ela é maior a sua percepção e, por conseguinte, maior a dor, pela evidência. A consciência é necessária para a plena percepção do mal. Mas isto é válido também para a percepção do bem. De fato, são inseparáveis tais percepções, mesmo porque a percepção do mal depende de que seja percebido como a privação de bens no sujeito em que inere, pois o mal se dá sempre em algum bem.

<sup>60</sup> A ausência de consciência reduz a dor, em nível biológico. A presença da consciência supõe, além da dor biológica, o sofrimento moral e psicológico. E pode ser que a dor psicológica seja proporcionalmente mais intensa que a dor biológica, e muito mais ainda a dor moral. Pautados nisso, podemos dizer que, onde houver consciência que ateste a privação do bem necessário para a natureza, haverá não somente maior constatação da evidência do mal, senão também um maior sofrimento, pelo conhecimento de sua privação.

<sup>61</sup> Por instinto entendemos a tendência inata, impulsiva e hereditária de um vivente a atingir determinada meta. Sem aprendizagem, os animais se voltam a certos objetos em termos certos e corretos, de modo que, desde os seus primeiros dias de existência, sabem encaminhar-se para o exercício de suas funções vitais e para a sua autodefesa, frente aos empecilhos ou adversários.

como sempre a teceu, o leão caça a zebra como sempre o fez, o homem é capaz de aperfeiçoar ou modificar a sua atuação.<sup>62</sup> A história da humanidade nos mostra isso. E, ao contemplarmos o ser humano, vemos nele que há esta *tendência natural* de agir conforme um fim que seja um bem para a sua natureza, e essa tendência diferencia o homem dos outros seres animados, pois lhe permite aperfeiçoar a sua atuação, mediante a vontade e a ação intelectual.<sup>63</sup> Para Santo Tomás, a vontade humana será essa tendência para desejar o bem, e o livre-arbítrio, a capacidade de escolher e decidir para além do que lhe apontam os instintos e as paixões. Neste horizonte, a vontade somente é livre quando atua, nas suas escolhas, iluminada pela inteligência, quando a escolha reflete algo contrário ao desejado e querido pela vontade quando esta é orientada por instintos e paixões.

O padrão de orientação da vontade nas escolhas humanas será sempre a inteligência, e não os instintos e as paixões, por uma simples questão de primazia ontológica. Ressalte-se, neste contexto, que os instintos humanos em si mesmos não são maus, e nem depõem contra a vontade. Contudo, a tradição do pensamento cristão sublinha que, a partir do pecado original, se instaurou a desordem dos instintos, dos desejos e dos sentidos: a *concupiscência*. E na desordem, embora o intelecto ilumine a verdade para a vontade, o apetite volitivo do homem não logra ordenar os ímpetos inferiores ao bem relativo àquela verdade, e, em consequência, ele se torna menos apto, no exercício de sua liberdade, a arbitrar adequadamente acerca do bem e da verdade desejados. Estando condicionado a escolher o que deseja, toda vez que for orientado pelo

---

<sup>62</sup> Não se nega certa “evolução” dos instintos dos animais. O que se constata é o seguinte: o que para muitos é “evolução” nada mais é do que a *adaptação ao meio*. O instinto não se tornou pensamento, embora alguns tenham se valido desta palavra para assegurar a evolução dos instintos nos animais: JÜRGENS, Uwe. “Neural pathways underlying vocal control”, *Neuroscience and Biobehavioral Review*, n.º.26, (2002), p. 235; FITCH, W. Tecumseh. “The evolution of speech: a comparative review”, *Trends in Cognitive Sciences*, n.º.4, (2000), p. 258; LEBLANC, Paul. “Las neuronas de espejo y la origen del lenguaje”, *Divergencias – Revista de Estudios Lingüísticos y Literarias*, vol. 2, n.º.1, 27-41.

<sup>63</sup> Charles Darwin, ao término do seu *Origem das Espécies*, entende que esta capacidade ou tendência surge da batalha natural, da luta contra a fome e a morte; e, uma vez na posse disso, o indivíduo se torna superior. DARWIN, Charles. *Origem das Espécies*. Rio de Janeiro: Villa Rica, 1994, p. 352. Opinamos que esta tendência própria do homem não é resultante de uma batalha natural, mas de um princípio ôntico inato ao homem e anterior ao embate natural, e, embora se manifeste e se aperfeiçoe nele, *não se origina dele*. Portanto, o que difere o homem dos demais animais não é resultado de uma superação, mediante uma seleção natural, mas é algo próprio do homem que emerge e se evidencia no interior desse embate natural.

instinto e pelas paixões, o homem será *escravo das suas escolhas*. Tornar-se-á menos livre ao eleger somente o que quer (e não o que é ontologicamente melhor), ou o que lhe apareça com um certo “ar de bem”. Por isso, a consciência acusa quando a vontade escolhe e arbitra algo que deponha contra iluminação pela inteligência. É verdade que a consciência pode encontrar-se relaxada e não escutar a “voz do intelecto”, mas são inevitáveis as conseqüências dessa ação. Isto confirma o ditado *Deus perdoar sempre, o homem muitas vezes e a natureza nunca*, naquilo que ela ordena e no que lhe é próprio. Mesmo na consciência relaxada ou acostumada a consentir com o erro, o efeito será o sofrimento, resultante de uma ação que depõe contra a própria natureza do agente.

A adesão ao bem passa pela reordenação da vontade e da concupiscência, pela aquisição das chamadas virtudes intelectuais, morais e teológicas, as quais disciplinam a natureza e a dispõem à graça, que a revigora na ordenação ao bem e à verdade. A adesão ao pecado passa por essa desordem da vontade, e sofre suas conseqüências no ímpeto da concupiscência. A vontade imprime uma potência de escolher o bem, mas depois do pecado original esta capacidade foi reduzida, e isto se refletiu no arbítrio, na liberdade<sup>64</sup> que difere substancialmente o homem dos demais seres. A liberdade é, pois, essa capacidade de o homem ser o senhor de suas próprias ações.<sup>65</sup> Para a escolástica, trata-se de um hábito oriundo de um apetite intelectual, racional, que o impele, nas suas escolhas, à busca da verdade e do bem. Esse apetite *emana do intelecto* (hábito e força oriundos do apetite intelectual, na busca da verdade e do bem), *se manifesta pela vontade* (potência de ordenar-se na eleição livre da verdade e do bem) *e se realiza na escolha* (ato que realiza e atualiza o apetite intelectual da verdade e a potência volitiva do bem). O homem, mediante esta capacidade, pode querer e não querer, fazer e não fazer. E a razão disso está no próprio poder da razão.<sup>66</sup>

De qualquer modo, é pela liberdade — e na liberdade — que toda ação humana se reveste de nobreza e excelência, ou então de rebaixamento e indignidade. O homem se torna escravo pelos vícios, e tal escravidão se manifesta quando ele não sabe escolher o que deveria, ou quando ele não consegue escolher senão o que quer. Portanto, o homem não é livre porque escolhe, *mas escolhe porque é livre*. A liberdade não está na escolha, mas se realiza

---

<sup>64</sup> O homem tem livre eleição dos seus atos e não escolhe por necessidade. Ver TOMÁS DE AQUINO, *De Malo*, q.6, artigo. único, c.

<sup>65</sup> MONDIN, Battista. *Dizionario Enciclopedia del pensiero di San Tommaso d'Aquino*. Bolgna: Edizioni Studio Domenicano, 2000, p. 63.

<sup>66</sup> TOMÁS DE AQUINO, *Suma. Theol.*, I<sup>a</sup>-II<sup>a</sup>, q.13, a.6, c.

nela. E quanto mais é livre a escolha, menos escrava é a liberdade. “Libertar” a liberdade para o pleno exercício da responsabilidade moral passa pela aquisição das virtudes e abertura à graça. O mal tocou a natureza humana pela desordem do arbítrio da liberdade, e a tornou escrava dos seus próprios apetites desordenados. Portanto, a adesão ao bem passará pela “libertação da liberdade” dessa desordem da concupiscência na natureza.

### §3. O homem é responsável pelo mal que faz.

Qual será o papel da responsabilidade humana perante o bem e o mal? Ora, a pessoa humana é capaz de se autodeterminar, pela posse desta excelência que é a liberdade, e por isso *somente ela é responsável por suas decisões*,<sup>67</sup> pois se trata da única realidade capaz de responder por aquilo que livremente escolheu, pois uma pessoa não poderá decidir por outra, em matéria da livre escolha. Nenhuma realidade poderá outorgar para si o que é próprio, exclusivo e autônomo da pessoa humana. Por este motivo, repugna-se todo tipo de manipulação contra ela,<sup>68</sup> na medida em que não se respeite a sua excelência, pois a manipulação sempre acarreta inúmeros males. Na perspectiva tomista, toda ação livre dos homens deporá contra a própria excelência humana, se se opuser a Deus e contrariar o princípio da autonomia, responsabilidade, igualdade e respeito mútuo.

### §4. O mal no homem é moral.

Mas será mesmo o mal na humanidade, por excelência, moral? Vejamos. Quem não vive como pensa, acaba pensando como vive. O intelecto não erra no juízo acerca do que lhe orienta a sua própria natureza, mas o costume e o hábito contrários a essa orientação natural pelo intelecto podem estabelecer uma moral oposta à própria natureza intelectual, pois entre outras coisas podem fazê-la não

---

<sup>67</sup> Por *responsabilidade* entende-se a possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento, e de corrigi-lo com base em tal previsão. O niilismo, o existencialismo, o utilitarismo e o hedonismo anulam a responsabilidade moral, pois não consideram o valor do homem em si mesmo, pois ou o negam [niilismo], ou vêem a sua raiz na existência [existencialismo], ou o subordinam ao útil [utilitarismo] ou ao prazer [hedonismo]. Mas, independentemente destas visões, na prática, o ser humano é por natureza responsável, porque é livre para decidir.

<sup>68</sup> GARCÍA RUBIO, Alfonso. *Unidade na Pluralidade. O ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*. São Paulo: Paulus, 2001, p. 308.

alcançar o objeto próprio do seu apetite natural: a verdade. Neste caso, o intelecto, embora seja um bem em si mesmo, é utilizado para o mal na consecução de atos contrários à própria natureza do homem e dos entes com os quais se relaciona. Não há como o homem agir para o bem ou para o mal, se não for no contexto de sua liberdade. A tradição judaico-cristã, com a narrativa bíblica que inaugura a história da humanidade — Adão e Eva — introduz o conceito de mal moral, enquanto oposição ao bem e desobediência a Deus (Gênesis, II, 3).

É certo que a tradição greco-romana já aproximara a evidência do mal do discurso moral, diferenciando-o do mal físico.<sup>69</sup> Mas será bem mais à frente, com os cristãos, que se observará — de Santo Agostinho a Santo Tomás — uma unânime aproximação do mal ao contexto moral, enquanto identificado com o pecado.<sup>70</sup> E vale destacar que esta perspectiva não é incomum, pois a literatura e a ciência muitas vezes vêem o mal a partir do prisma de uma circunstância moral.<sup>71</sup> Oliver Thomson, em *A Assustadora História da Maldade*, constata que,

---

<sup>69</sup> Na cultura grega, a superação do mito pelo Logos não anulou a herança do vocabulário mitológico transmitido pelos poetas e legisladores. HOMERO, apesar de entender o mal *kakós* como mal físico, direciona sua análise a um contexto moral em que se opõe ao bem (*Ilíada*, 10.316; *Odisséia*, 2,236). Mas foi SÓCRATES (470-399) quem transformou o problema do mal em discurso filosófico, na medida em que pôs ênfase na virtude, *areté*, e no bem, *agathós*, como condições para a conquista da vida digna do homem. ARISTÓTELES (384-322) reforça esta dimensão em sua *Ética a Nicômacos* (VIII, 1145b). Ver LIDDELL, Henry George and SCOTT, Richard. *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1996, p. 863; PETERS, Francis E., *Temas Filosóficos Gregos. Um léxico histórico*. Lisboa: Calouste, 1983, p. 117. A decadência da cultura romana universalizou o uso do adjetivo *malus*, *-a*, *-um* (ver ERNOUT, Alfred et MEILLET, Antoine, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine. Histoire des mots*. Quatrième Édition. Paris: Éditions Klincksieck, 1994, p. 380), para caracterizar universalmente tudo o que é objeto de desaprovação ou de censura moral individual e social. Ver ROSTOVTZEFF, Marin Ivanova, *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 285-300.

<sup>70</sup> Vimos que Santo Agostinho já considerava o mal *por excelência* moral. Mais adiante, na literatura medieval, em DANTE (1265-1321) vemos plasmada esta aproximação do mal à dimensão moral: “A razão vos é dada para discernir o bem do mal” (DANTE, *Purgatório*, XVI, 75).

<sup>71</sup> Em DOSTOIÉVSKI (1821-1881) encontra-se a expressão de que o mal que se origina na alma humana tem maior envergadura do que qualquer outro. Ele nos diz em seus *Diários*, que em “nenhuma ordem social é possível escapar ao mal e mudar a alma humana: ela própria é origem da aberração e do pecado”: EVDOKIMOV, Paul. *Dostoiévski et le problème du mal*. Bruges-Bruxelles-Paris, 1978. Antes de Dostoievski, o mesmo fora dito por SHAKESPEARE [1564-1616], quando sentenciou: “Não existe o bom ou o mau; é o pensamento que os faz assim” [*Hamlet*, II, 2, 259]. O autor de *Hamlet* parece intuir que reside na alma a origem do bem e do

para uma adequada compreensão do mal, se faz necessário entender as ações humanas em um contexto moral, ou seja: a maldade relacionada à moralidade.<sup>72</sup> E, tanto na literatura clássica e medieval quanto na moderna e contemporânea, o problema do mal se contextualiza na vida moral do homem, pois emerge do epicentro da vida intelectual, volitiva e operativa do homem, ou seja, de sua dimensão moral, enquanto dependente da responsabilidade.

#### 4.2.2. Efeitos, dilema atual e cura.

##### §1. Sofrimento.

A face mais conhecida do mal é, sem dúvida, a do sofrimento. É inevitável o sofrimento ante a evidência do mal. Como se frisou anteriormente, o sofrimento requer o estado de consciência,<sup>73</sup> pois ela é o modo pelo qual o homem tem a presença e a experiência do mal. No cristianismo, o sofrimento é resultado da dor moral ou física, pela privação de um bem devido. Não há homem, bom ou mal, que não sofra. O sofrimento é inerente à condição do pecado: com a diferença de que, com Deus, o sofrimento tem sentido transcendental, e sem Deus, terminal.

É importante não confundir dor e sofrimento, ainda que todo sofrimento seja uma dor. A dor é o sentir físico de uma mutilação, e o sofrimento pode eximir-se da dor física e pairar no âmbito da inteligência e da vontade. Toda dor física causa sofrimento, mas nem todo sofrimento psíquico causa dor física. Isso

---

mal. E, se a nossa interpretação estiver correta, somente em parte será verdadeira esta sentença shakespeariana, pois se o bem e o mal só existem no pensamento, alguns problemas surgem: ou se nega a existência do mal fora do pensamento, o que é um absurdo, pois como vimos o mal é tangível em nossas vidas; ou se reduz a existência do Sumo Bem a uma percepção mental, o que levaria a negar a existência factual e objetiva de Deus, além de contradizer em um mesmo pensamento a idéia de um Sumo Bem ao lado da idéia do mal, ou se nega objetivamente a existência deste Sumo Bem ou a existência de qualquer mal que independesse da vontade humana. As conseqüências serão sempre funestas.

<sup>72</sup> THOMSON, Olivier. *A assustadora história da maldade*. São Paulo: Ediouro, 2002.

<sup>73</sup> Um leão não tem ciência alguma de cometer um mal, ao tirar a vida de outro leão. Muito menos se sentirá condoído pela morte de uma zebra. Ele sequer tem a consciência de que a fome que sente, somada a ausência do alimento, lhe faça sentir dor, embora a sinta nas entranhas, de modo não-consciente. Um vírus não se sentirá frustrado ao levar à morte quem lhe serve de hospedeiro. Embora haja dor e sofrimento no mundo, somente quando se tem consciência do que é o bem e o mal, é possível, verdadeiramente, sentir as suas conseqüências.

demonstra a distinção entre o psíquico e o somático. Há, no entanto, sofrimento psicossomático.

Mesmo quem pratica o mal e sente prazer em cometê-lo não tarda em sentir o sofrimento na sua própria natureza — como a impressão de um anel na cera —, tão logo termine o prazer. Poderá não ter a devida consciência de que tal dor é efeito inevitável do mal cometido, mas jamais poderá negar não haver sentido dor, após a privação do prazer. Daí ser o sofrimento a manifestação da evidência do mal em nós.

## §2. Morte.

O que é morte e como ela difere da simples corrupção? A primeira evidência, atestada de forma inequívoca pela experiência, é a seguinte: *todo corpo físico está ordenado à corrupção*, por causa da corruptibilidade da matéria.<sup>74</sup> Mas há corpos que apenas se corrompem, sem perder a vida, e há os que, além de se corromper, perdem-na — e a sua destruição é muito mais do que uma simples corrupção da matéria. Por isso, as pedras não morrem, mas se corrompem pela erosão, enquanto as plantas não simplesmente se corrompem, mas morrem, porque perdem a sua vida com a corrupção da matéria. Eis, então, a segunda evidência que destacamos: *todo ser biológico, além de se corromper, morre*, pois a corrupção do seu corpo significa a perda da vida, enquanto autonomia de movimento.

Por isso, os corpos vivos, mais do que a simples corrupção, *sofrem a morte*, que não é apenas a destruição da matéria, e sim o cessar da vida na matéria. Mas, como dissemos acima, o homem sofre mais com a morte, pois dela tem consciência, do que os demais seres vivos que se corrompem. Diz-se com propriedade que os animais morrem, pois com a morte ocorre o fim do ser e da vida deles, e ainda que se logre um novo animal com a clonagem, a partir das células do que morreu, não teremos com isso a antiga vida, senão uma nova. Mas, com relação ao homem, no horizonte tomista é conseqüente deduzir que só analogamente podemos aplicar à natureza humana o conceito de morte, pois, no seu caso, a morte não significa o fim do seu ser e da sua vida, mas apenas o fim do ser e da vida *no corpo*, mediante a corrupção.<sup>75</sup> De fato, a alma humana dá o

---

<sup>74</sup> A rocha se decompõe, a água evapora, a maçã apodrece, as folhas secam, etc.

<sup>75</sup> Em sua extensa obra, Santo Tomás apresenta algumas demonstrações acerca da *imortalidade da alma humana*. Para ele, todas as potências da alma humana têm na própria alma o seu princípio, como por exemplo a visão, que só pode dar-se em um corpo dotado de alma

ser e a vida ao corpo, por isso com a morte é o corpo que perde o ser e a vida, os quais permanecem na alma,<sup>76</sup> ainda que de modo incompleto. Por isso, será impróprio dizer que o homem morre, e só equivocadamente o diremos, pois a sua morte não é *substancial*, mas *acidental*, ou seja: algo que não é do ser da substância, mas lhe advém como privação de algum bem nela. Além do mais, a morte não estava originalmente destinada por Deus ao homem, embora fosse natural a corrupção do corpo, patente na realidade humana.<sup>77</sup>

A partir dessa perspectiva dos escolásticos, cabe indagar: *o que é o homem?* A resposta será: o homem é uma realidade dual (não dualista), composta de corpo e alma — duas substâncias incompletas em si mesmas e que só se completam quando unidas. O homem, pelo lado do corpo, que é matéria geneticamente herdada, é corruptível, mas só equivocadamente tal corrupção receberá o nome de *morte*, pois ao contrário dos animais irracionais, cuja alma se corrompe juntamente com o corpo,<sup>78</sup> no caso humano, como se frisou, o corpo que se corrompe não é a própria vida, mas *o que sustenta a vida*. Portanto, pelo lado da alma humana — a qual é de origem e natureza espirituais —, o nome *morte* apenas

---

(*anima*). Mas algumas potências estão referidas à alma não apenas como princípio, mas também como sujeito, e estas são particularmente duas: o entendimento e a vontade — operações que não pertencem às partes sensitiva e vegetativa da alma humana (estas, para Santo Tomás, findam com a morte do corpo no homem, pois operam nele ou a partir dele). Todavia, como o entendimento e a vontade não dependem propriamente (naquilo em que são imateriais) do corpo para operar, Santo Tomás concluirá que, destruído pela morte o composto *corpo e alma* que é o homem, essas duas potências permanecem, em ato, separadas do corpo, embora tal situação seja anômala, pois é próprio da alma humana animar um corpo. Pois bem, como o que opera sem intermédio de outro ente é — por si — subsistente, para o Angélico será impossível que algo subsistente seja passível de corrupção acidental, e esta incorruptibilidade convém à alma humana, por sua potência intelectual. Ver TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.*, I, q. 75, a.6.

<sup>76</sup> TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.*, I, q. 77, a.8, *resp.*

<sup>77</sup> Tanto a corrupção mediata e progressiva, como é o envelhecimento, quanto a morte, a partir do qual se dá a putrefação do corpo, nos dão mostras inequívocas de como a morte se faz presente na realidade humana.

<sup>78</sup> Para Santo Tomás, os atos da alma dos animais irracionais estão — sem nenhuma exceção — intrinsecamente ligados ao corpo, e por esta razão a alma deles não é subsistente, pois apenas subsiste por si o que não necessita de outro para operar. A alma sensitiva, diferentemente da intelectual, não tem nenhuma operação própria, pois os seus atos se realizam por mediação de algum órgão corporal. O ato dos sentidos não é mover, mas ser movido pelos sensíveis, que são a sua força motriz. A alma dos animais move o corpo, e isto Santo Tomás admite, mas ele sublinha que tal moção é uma força apetitiva, uma operação que não se dá sem o corpo. Ver TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theol.*, I, q. 75, a.4.

deve ser aplicado de *modo accidental* e em sentido equívoco,<sup>79</sup> porque não é da natureza da alma intelectual corromper-se e morrer, já que, sendo espírito, é incorruptível e imortal. E, porque pelo espírito se define a natureza humana, toda ela é chamada substancial e integralmente à incorruptibilidade e a imortalidade.<sup>80</sup> A morte é, pois, a corrupção do corpo que causa a separação da alma. Neste sentido, a morte é *no* homem e não *do* homem.<sup>81</sup>

Se no espírito se forja a consciência de que a morte não é um mal natural, somente pelo mesmo espírito se buscará uma explicação acerca de como a morte entrou na natureza humana. Não foi o corpo que “imaneceu” e impôs o inevitável princípio de corruptibilidade à natureza humana, causando-lhe a morte, mas foi o espírito que, de algum modo, ou por alguma razão, não transcendeu, ou seja: deixou de comunicar a lei da incorruptibilidade e imortalidade à natureza humana. Ora, o espírito é a perfeição da natureza humana. De acordo com a doutrina cristã, o corpo, que depende da perfeição conferida pelo espírito para ser o que é — e em suma, subsistir —, sofre a conseqüência do pecado do espírito. Assim, a morte “cai” sobre o corpo, advinda de alguma imperfeição do espírito.

---

<sup>79</sup> Convém, neste ponto do estudo, fazer a distinção entre os sentidos unívoco, equívoco e análogo das palavras, no contexto escolástico. Usa-se uma palavra em sentido unívoco quando se predica de dois ou mais objetos com um mesmo significado em todos os casos, como quando, por exemplo, se diz “árvore” a respeito de um cipreste, uma casuarina ou um cedro. A palavra tem sentido equívoco quando utilizada com diferentes significados, sendo predicado de duas ou mais coisas que não têm significado comum. Por exemplo: ao utilizarmos a palavra “leão” para referir-nos à constelação zodiacal e ao animal que tem esse nome. A palavra em sentido análogo é utilizada como predicado que tem um mesmo sentido, embora referido a coisas distintas. Por exemplo: homem saudável, comida saudável e ar saudável. Cabe registrar que, para Santo Tomás, o conceito de *ser* não é unívoco nem equívoco, mas análogo.

<sup>80</sup> Pela perfeição do espírito a essência humana é imortal, e, embora se corrompa o corpo, não se destrói a natureza, porque é o espiritual que define a natureza humana. Neste sentido, para Santo Tomás a morte não é natural ao homem; seria se a sua natureza estivesse ordenada para a morte. Embora inevitavelmente se corrompa o corpo do homem e a isto denominemos em sentido equívoco “morte”, propriamente não se destrói plenamente a natureza do homem pela corrupção da carne; deixa-a incompleta, mas não destruída.

<sup>81</sup> Uma evidência de que a morte não é natural à natureza humana talvez resida no fato de a nossa consciência relutar contra a morte. Neste sentido, em termos metafísicos e teológicos, embora não consigamos evitar a evidência da degeneração corpórea, nossa mente – espiritual que é – sempre luta contra a morte. O homem não deseja morrer porque tem, inscrita em sua natureza espiritual, uma *ânsia de eternidade*, uma intuição de não ter sido feito para morrer, pois, embora o seu corpo, de origem e natureza material, se corrompa, a sua alma, tendo sido criada para sempre existir, reluta ante o fato da corrupção do corpo.

### §3. O inferno.

Deus não inventa e cria punições para os homens que pecam. Deus não cria o pecado nem o sofrimento. Não é necessário que Ele delibere sobre a sanção que merecem os infiéis, pois esta se desencadeia normalmente, como simples consequência da desordem acarretada pelo pecador na sua própria natureza.

Alheando-se de Deus, o homem coloca-se na mais dolorosa situação possível, porque contradiz a lei fundamental de sua estrutura ontológica: *ser subsistente feito para Deus*. E o inferno consiste neste tormento, que é o estado de alheamento de Deus, que causa retorção e dilacerações subsistentes.<sup>82</sup>

Assinala o teólogo D. Estevão Bettencourt que a retorção no inferno não tem fim, porque o réprobo se endurece na sua aversão a Deus, e em absoluto não quer reconciliação com o Criador. Na verdade, a natureza humana é tal que só muda de disposição *enquanto a alma está unida ao corpo* e pode captar novas impressões por meio dos sentidos — ou, em suma, pode enganar-se (em algum grau) na intelecção dos entes com os quais depara. Observamos que quem comete uma má ação com plena ciência é moralmente mais condenável — pela malícia intrínseca do ato — do que quem a comete sem ter a plena certeza das consequências de sua ação. E, como o grau de conhecimento da alma sem o corpo, para Santo Tomás, não necessita da intermediação dos sentidos corporais e, por isso, alcança as verdades de forma direta, a sua vontade, uma vez voltada para determinadas realidades, nelas permanecerá porque as escolhe sem se enganar, ou seja, com total anuência do intelecto. É neste sentido que o Doutor Angélico sublinha que quem peca por um motivo mais grave faz do seu pecado uma qualidade permanente.<sup>83</sup> Esta é também a razão de Santo Tomás ter dito que a alma humana é mais perfeita quando unida ao corpo do que quando separada dele. Se o réprobo mostrasse no inferno o mais leve desejo de voltar a Deus, seria imediatamente recebido pelo Pai do Céu.<sup>84</sup>

---

<sup>82</sup> BETTENCOURT, ESTEVÃO. “Correspondência miúda”, *Pergunte e Responderemos*, n. 37 (1961), p. 43.

<sup>83</sup> Santo Tomás refere-se aqui ao hábito de quem peca por malícia. Ver TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologiae.*, I<sup>II</sup><sup>a</sup>, q. 78, a.4.

<sup>84</sup> BETTENCOURT, ESTEVÃO. “Correspondência miúda”, *Pergunte e Responderemos*, n. 37 (1961), p. 43.

#### §4. O dilema da modernidade atéia.

Na modernidade, configura-se o problema do mal na pergunta acerca da existência de Deus. Alguns modernistas, como veremos abaixo, julgam ser a existência do sofrimento entre os homens um argumento que evidencia decisivamente a não-existência de Deus: “Caso se admita um Deus todopoderoso, a realidade da dor leva a duvidar do seu amor. E, se se admite um Deus que ama, o mal significa que Deus não é poderoso. Ora, um Deus que seja fraco ou que seja sem amor, não é Deus”.<sup>85</sup>

Por isso, há quem sustente que o problema do mal não nos remete à necessidade da existência de um Deus sumamente bom, senão o contrário: é necessário negar-lhe a existência para solucionar o problema do mal.<sup>86</sup> O fato é que a negação da existência de Deus não diminuiu em absolutamente nada o sofrimento humano,<sup>87</sup> mas aumentou-o ainda mais — pois obriga-o a aceitar uma vida dolorosamente trágica, sem qualquer explicação além daquilo que possa apontar a sua vontade livre.<sup>88</sup> Nem mesmo pactuar com o mal poderá nos

---

<sup>85</sup> BETTENCOURT, ESTEVÃO. “O porquê do sofrimento?”, *Pergunte e Responderemos*, n. 297 (1987), p. 62.

<sup>86</sup> Isso é o que se desprende do pensamento do escritor ALBERT Camus (1913-1960), que desenvolveu a idéia em sua peça *O Mal Entendido* (1944), a qual pode ser resumida do seguinte modo: se o mal existe, Deus não existe, pois, se Ele não intervém no problema do mal, se supõe que dessa não intervenção se conflagre o Seu silêncio, que em última instância é a Sua negação: CARVALHAES, Cláudio. *Albert Camus e o Cristianismo*. São Bernardo do Campo: UESP, 1997. Também Dostoievski, em *Os irmãos Karamazov*, diz: “Se o mal existe, Deus não existe”.

<sup>87</sup> Tem sentido a existência de Deus ante o sofrimento, pois, “se o martírio de inocentes é tão grave, é porque Deus existe e é vítima juntamente com o inocente”: LATOURELLE, R. “Mal”, in: *Dicionário Teologia Fundamental*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p.565.

<sup>88</sup> É fato que eliminar Deus não ameniza a dor e o sofrimento humanos. O filósofo alemão NIETZSCHE anuncia a morte de Deus (*Gaia Ciência*), a fim de invocar uma nova moralidade para além do bem e do mal (*Genealogia da Moral*), na medida em que reduz o poder humano à realização de sua vontade (*Vontade de Poder*). Mas o homem descobre — como o próprio Nietzsche assevera — que não pode tudo o que quer. Eis então a náusea da existência: assim o homem se encontra só, e vê que o mundo não tem sentido, embora se veja impelido a aceitá-lo. Nisso se evidencia o pessimismo humano (*Humano, demasiadamente humano*) e já não lhe resta senão o nada: o *niilismo*. Eis a conseqüência da trágica negação de Deus e da moralidade humana. Há que distinguir o *niilismo* de Górgias do de Nietzsche: Górgias sustentara que nada existe de absoluto (segundo SEXTUS EMPIRICUS, *A dv. Mathem.*, VII, 65) e Nietzsche

livrar da dor e do sofrimento.<sup>89</sup> A ausência de Deus no universo e a invenção de uma nova moralidade fundamentada na satisfação livre de todos os desejos humanos, ou então na negação do outro,<sup>90</sup> do próximo, não eximem o homem da presença do mal, assim como também não o faz a invenção de um “deus da razão” e de uma moralidade científica.<sup>91</sup>

A doutrina da responsabilidade moral do homem não se sustenta sem a suposição da existência de um Deus onisciente, livre e onipotente que lhe sirva de modelo de atuação. *O problema do mal nos remete à necessidade lógica da existência de um Deus sumamente bom,*<sup>92</sup> sem que se entenda estarmos predestinados ao mal.<sup>93</sup>

---

afirma que não existe qualquer verdade moral ou hierarquia de valores, supondo antes a negação de Deus.

<sup>89</sup> Sirva-nos como exemplo o trágico poema de GOETHE (1749-1832): *Fausto*, o qual narra a vida de um homem das ciências que, desiludido com o saber do seu tempo, faz um pacto com o demônio, Mefistófoles, vendendo-lhe a alma para receber em troca o conhecimento. Contudo, com este bem lhe adveio também o sofrimento na forma de obsessão e angústia, cegando-lhe para tudo o mais. Ver GOETHE, Johann Wolfgang, *Fausto*. Madrid: Millenium, p. 70.

<sup>90</sup> Para esta direção aponta o existencialismo do filósofo francês SARTRE (1905-1980), que reduz a causa do mal à existência do outro, já que o bem seria a *realização da própria existência*. É o que ele nos deixa entrever e interpretar no último ato da sua peça *Entre Quatro Paredes* (1945), na qual o diz que “não há necessidade da grelha, o inferno são os outros”.

<sup>91</sup> É o que parece propor COMTE (1798-1857). A filosofia que supõe tanto a negação da existência de Deus quanto a invenção de uma moralidade pautada na plena realização do existir — enquanto contrário ao existir de Deus e a uma moralidade da natureza humana não subserviente à lei divina, sendo o egoísmo critério de moralidade — não evita a experiência do mal. O pensamento de HOBBS (1588-1679) redundava nisso e pode resumir-se na tese de PLAUTO (255-184 a.C) *Homo homini lupus* (O homem é o lobo do homem: *Asinaria*, 495), que ele retoma em *De cive*, I, 1.

<sup>92</sup> O filósofo alemão LEIBNIZ (1646-1716), para conciliar a existência de Deus e a evidência do mal neste mundo, estabelece a teoria do melhor mundo possível: “A Sabedoria de Deus o conhece, sua Bondade o elege e o seu Poder o produz” (*Monadologia*, 55). A contingência inerente a toda criatura, que ele denomina mal metafísico necessário,<sup>92</sup> e os males morais e físicos não impossibilitariam conceber que este seja o melhor dos mundos possíveis. Para ele, se Deus permitiu o mal no melhor dos mundos possíveis, foi para nos dar um bem ainda maior [*Teodicéia*, 119]. Embora seja uma tentativa de conciliar a evidência do mal com a existência de Deus, Leibniz se equivoca, pois, se algo fosse o melhor dentre os possíveis, ainda assim seria contingente independentemente de que Deus o quisesse, pois seria criatura, e Deus não poderia criar o melhor que não fosse ainda contingente, pois Deus não pode criar algo melhor que Deus.

<sup>93</sup> O pensador francês VOLTAIRE (1694-1778), muito comovido por uma catástrofe ocorrida na Lisboa em seu tempo, depois de muito refletir sobre o mal, acaba também tentando

No *Sobre o Mal*, Santo Tomás indica os caminhos para solucionar o dilema da modernidade atéia, a partir da perspectiva ontológica de que parte e, também, do procedimento dialético fecundo da disputa escolástica (*disputatio*) — o qual vai fechando o cerco sobre os diversos ângulos do problema do mal para a filosofia. Devemos lembrar que a extensa obra do Doutor Angélico, embora nos reporte sempre à causa das causas, que é Deus, não o faz de forma arbitrária, pois a existência de Deus é verdade alcançável para o intelecto humano, como se frisou acima. Nesta obra, a referência direta ou indireta ao Bem Supremo é pedra angular — e é a partir dela que se descortina o problema do mal para o homem.

De acordo com a tese tomista, o mal por excelência é o *pecado*, e este é *mal moral*. Assim, o mal na vida do homem se revelará como resultado de sua atuação moral, que provém de vontade livre, na medida em que se opõe a Deus e, concomitantemente, à própria natureza humana e a tudo o que lhe serve à vida e, também, para chegar a conhecer a Deus. Para os que não crêem e negam a existência desse Deus — pois lhes parece contraditória a existência de Deus e a do mal — o problema do mal será insolúvel, e assim não lhes restará senão o nada (*niilismo*), ou viver a vida de forma irresponsável, tendo em vista apenas o que lhes possa proporcionar de bom (*utilitarismo, consumismo e hedonismo*), com a desordem que tais atitudes acarretam. A angústia é o efeito imediato deste sentimento em nossos dias. Já para os que crêem e afirmam a Sua existência, não será absurdo afirmar que a solução do mal passa por cultivar a constante presença divina, justamente porque o mal se deu pela Sua ausência.

Oxalá sirvam ao leitor estas linhas como um caminho para a conquista do saber de Tomás de Aquino, e d'Aquele que o conquistou: o próprio Cristo.

---

conciliar, mas inclina-se equivocadamente ao determinismo, do qual se pode dar exemplo nesta frase: “Os homens nasceram para ser devorados pelo sofrimento”. Contudo, mesmo diante das vicissitudes da vida, ele vê a necessidade da existência de Deus, pois negá-Lo é mais absurdo do que a absurdidade de um mundo sem Deus. Ver VOLTAIRE, *Éléments de la Philosophie de Newton*, I, 1.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.